

## GOVERNANÇA PÚBLICA NA TRI-FRONTEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA.

Jean Carlos da Silveira<sup>1</sup>

Jamur Johnas Marchi<sup>2</sup>

### RESUMO

Este resumo é um recorte do trabalho de pesquisa intitulado “Governança pública na tri-fronteira” e tem por objetivo identificar características do conceito de governança pública. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os conceitos de governança e a relação da sociedade com o Estado. Tendo em vista os resultados alcançados, percebeu-se algumas características que são primordiais para que se enquadre no modelo de governança pública, estabelecendo uma nova relação do Estado e sociedade. Conclui-se que o modelo tem por qualidade integrar sociedade e Estado para resolver problemas públicos de uma forma participativa e não hierárquica através das características da governança pública.

**PALAVRAS-CHAVE: Governança, Pública, Participação, Gestão**

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em um recorte do trabalho de pesquisa intitulado “Governança pública na tri-fronteira”. Este recorte apresenta resultados parciais relativos ao levantamento bibliográfico onde buscou-se identificar características do conceito de governança pública para embasar a futura pesquisa de campo. Então o intuito deste resumo é de apresentar as principais características de governança pública encontrados no levantamento teórico.

A governança pública surge como uma nova forma de governar, segundo (MATOS, DIAS, 2013, p. 3) “há uma necessidade geral de mudança na gestão pública”. Para que as mudanças aconteçam, é necessário ampliar a participação da sociedade, e nesse sentido a governança pública estabelece novas perspectivas para melhorar a administração pública passando por um novo sentido de Estado e Governo. O presente trabalho está estruturado em resumo, introdução, referencial teórico que procura abordar o conceito de governança pública, metodologia, resultados e conclusão.

1 Estudante do Curso de Administração Pública e Políticas Públicas, - ILAESP – UNILA; bolsista (IC-UNILA). E-mail: [jean.silveira@aluno.unila.edu.br](mailto:jean.silveira@aluno.unila.edu.br);

2 Docente do – ILAESP – UNILA. Orientador de bolsista (IC-UNILA). E-mail: [jamur.marchi@unila.edu.br](mailto:jamur.marchi@unila.edu.br).

## **2 REFERENCIAL TEORICO**

A governança pode ser vista como uma tentativa de perceber o governo, numa perspectiva mais ampla dos papéis do governo e de sociedade ou seja, uma perspectiva mais integradora. Para Frey (2004), a governança é um processo interativo entre governo e participação da sociedade. Neste sentido Martins e Marini (2014) sugere que a governança pública se tornou um novo paradigma da administração pública. Para estes autores ampliou-se a perspectiva de interação entre governo e sociedade, e entre política e administração, gestão e políticas públicas em processos mais interativos. Denhardt (2012) afirma que atualmente o governo está envolvido no processo político com muitos outros atores, como por exemplo, empresas, associações, organizações sem fins lucrativos e cidadãos em geral. Por conta desse maior envolvimento e multiplicação das interconexões de vários autores, os mecanismos tradicionais de burocracia não funcionam para o controle governamental (DENHARDT, 2012).

A governança pública também traz consigo a concepção de projeto político democrático, pois mantém conexão com a política e com áreas da política específicas. A governança deve pensar na estruturação de um campo político com diversos interesses, culturas, crenças, com a participação de diversos atores no processo. Isso contribui na consolidação da democracia e formação de sujeitos políticos participativos (DIAS; FERRAZ, 2014).

Portanto, percebe-se alguns elementos essenciais advindos da noção de governança pública. Primeiro é estreitar a relação entre Estado e sociedade. Segundo criar conexões e formar políticas interativas, tornando a participação da sociedade mais ampliada. Terceiro fazer com quem diversos atores da sociedade tenham uma visão colaborativa, formando redes de integração para a resolução de problemas públicas, superando a ideia de que apenas o governo resolve os problemas que são comuns à sociedade.

## **3 METODOLOGIA**

Tendo por objetivo identificar características do conceito de governança pública, esta fase da pesquisa envolveu levantamento bibliográfico. Conforme preconiza Gil (2008) foi realizado levantamento bibliográfico constituído

principalmente de livros e artigos que gerou uma base de dados contendo, características da governança pública de cada artigo relacionado ao tema, bem como conceitos, objeto de estudo, método, contribuição, referência e palavras chaves. Tal base de dados, auxiliou na formulação do referencial teórico. A escolha dos artigos para a base de dados foi baseada através da assimilação do assunto tratado no artigo com a proximidade com o tema governança pública, através de revistas científicas e outros periódicos.

Os artigos foram selecionados nos periódicos da CAPES e Scielo, através da aba de busca foi sendo filtrado a partir da descrição “governança pública” e de preferência artigos a partir dos anos 2000 e assim foi selecionado através de leitura previa do resumo identificando proximidade com o assunto da pesquisa e sendo adicionados no banco de dados. Segundo Lima e Mioto (2007, p. 43), a pesquisa bibliográfica é um “procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”.

#### 4 RESULTADOS

As características identificadas a partir do levantamento bibliográfico organizadas no banco de dados, ao todo foram revisados 16 artigos, sendo estes compreendidos entre os anos de 1997 e 2017.

No quadro I a seguir, apresenta-se 10 características de governança pública encontradas na análise bibliográfica contida no banco de dados.

Características	Descrição	Relevância
<b>Co-produção</b>	Constitui o componente de colaboração do conceito de governança, indicando o “com quem” e o “como” o processo de governança se estabelece (MARINI et al, 2011). Agentes públicos e privados, formam redes de governança para co-produzir e co-criar serviços, políticas, e bens públicos nos mais distintos domínios temáticos (MARTINS, 2011).	Produção em rede de determinado produto ou serviço, formando uma cadeia de governança.
<b>Capacidades e arranjos institucionais</b>	Estes constituem o componente de qualificação, no sentido de pré-requisitos habilitadores e facilitadores à geração de resultados e formação de redes de governança (MARINI et al, 2011). Do ponto de vista da organização, capacidades	Habilidades, conhecimentos e atitudes são componentes que constituem capacidades e arranjos institucionais eficazes.

	e qualidades institucionais também se referem ao modelo jurídico-institucional e ao modelo de gestão (MARTINS, 2011).	
<b>Interação</b>	Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente (KLAUS, 2004).	Torna as instituições mais participativas e democráticas, compartilhando responsabilidades entre os atores.
<b>Compliance</b>	Conformidade legal e cumprimento de normas reguladoras contidas nos estatutos sociais, nos regimes internos e nas instituições do país (OLIVEIRA; PISA, 2015).	Contribuir para ações dentro da legalidade e evitar possíveis atos ilícitos dentro de uma organização.
<b>Parceria público-privado</b>	Novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo e o terceiro setor. A criação de redes e as parcerias público-privado são processos políticos cada dia mais dominantes no novo mundo urbano fragmentado, (KLAUS, 2004). Articulação e coordenação dos interesses coletivos se dão a partir de padrões negociados de coordenação entre o público e o privado, participação direta e vários Arranjos de articulação com o público (RONCONI, 2011).	Os setores privados estão inseridos na sociedade e não podem ser deixados de lado, a criação de redes facilita as realizações dos objetivos do governo.
<b>Cooperação</b>	Enfatiza a necessidade de desenvolver formas de cooperação política que vão além do mercado, entendido como sistema de coordenação automática de intercâmbio (MATOS; DIAS, 2013)	A cooperação ajuda a suprir a falta de flexibilidade e capacidade de adaptações das organizações públicas as mudanças no ambiente.
<b>Visão estratégica</b>	Líderes e público devem ter uma perspectiva ampla e de longo prazo sobre a boa governança e do desenvolvimento humano, juntamente com a percepção do que é necessário para tal desenvolvimento (MATOS; DIAS, 2013)	Existe uma estratégia por trás da governança pública, e essa estratégia é o que leva os atores a realizarem os objetivos.
<b>Transparência</b>	Mais do que a obrigação legal de informar, importante é criar a cultura de disponibilizar as informações às partes interessadas (OLIVEIRA; PISA, 2015).	A transparência resulta em confiança e um feedback de o que está sendo feito com os recursos.
<b>Equidade</b>	Caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais <i>stakeholders</i> . São consideradas inaceitáveis quaisquer atitudes ou políticas discriminatórias, (OLIVEIRA; PISA, 2015).	A equidade é importante para que não haja vantagens de poderes de um sobre o outro e as decisões são tomadas de forma horizontal.
<b>Eficácia e eficiência</b>	-Processos e instituições devem produzir resultados que atendam às necessidades ao fazer o melhor uso dos recursos (MATOS; DIAS, 2013).	Fazer mais com menos é um elemento importante no processo de governança, tornar o processo econômico com resultados eficazes é o desafio.

Quadro I. Características de governança pública.

Fonte: elaboração própria.

As características do Quadro I consistem em componentes que podem se formar dentro de um modelo de governança pública. As características são independentes entre si, contudo tem como norte a formação da governança pública bem como a visão estratégica que está por trás e orienta o processo de integração entre todas as características levando os atores a realizarem os objetivos com base na relevância das demais características.

## 5 CONCLUSÃO

Os resultados deste resumo oportunizaram perceber aspectos importantes relacionados aos conceitos de governança pública. Acredita-se que o objetivo de identificar as características do conceito de governança pública foi alcançado, pois permitiu conhecer elementos que se apresentam como um conjunto de fatores para compreender o que é governança pública.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. Editora: Cengage Learning, São Paulo, 6. Ed, 2015.

DIAS, Taisa; FERRAZ, Silvio A.C. Governança Pública: ensaiando uma concepção. Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, V. 17, n. 3, p. 89-108, set/dez, 2014.

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? Revista Política e Sociedade, Florianópolis-SC, v. 3, n. 5 (2004).

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas, São Paulo, 6. Ed, 2008.

LIMA de, T.C.S; MIOTO, R.S.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, Abril. 2007.

MARTINS, Humberto Falcão. Governança Pública. Instituto de gestão, Economia e Políticas Públicas, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-16, julho/2011.